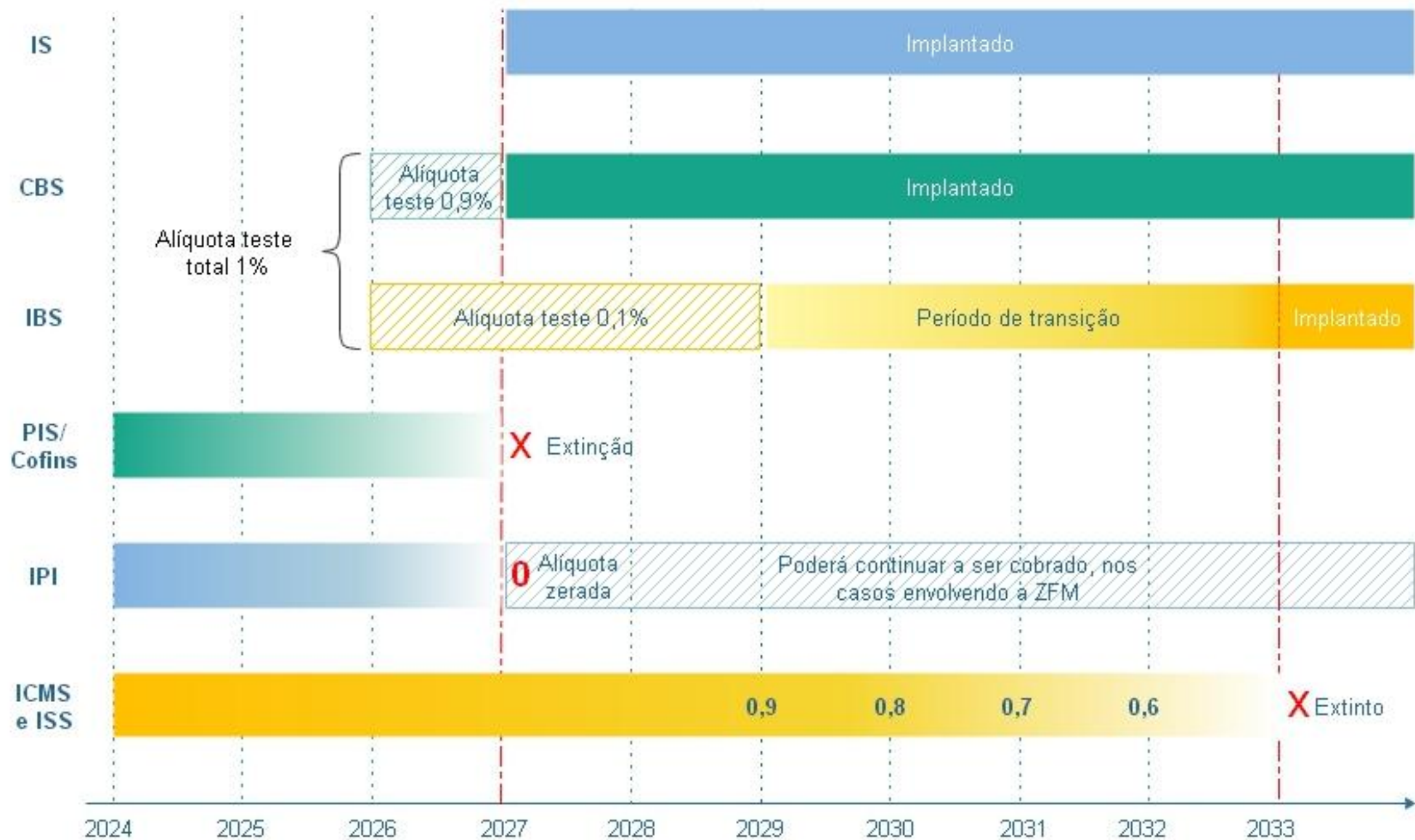




# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**01 - No que concerne à competência tributária dos Estados, a principal alteração da Reforma Tributária veiculada pela EC nº 132/2023 é a extinção do ICMS e a criação do Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Nos termos da Constituição (e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), com a redação dada pela EC nº 132/2023,**

- A) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão de forma integrada a competência administrativa de editar regulamento único para o IBS exclusivamente por meio do Comitê Gestor do imposto.
- B) o IBS não incidirá sobre a importação e a exportação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizadas por pessoas físicas e jurídicas.
- C) uma vez que informado pelo princípio da neutralidade, o IBS terá legislação e alíquota únicas e uniformes em todo o território nacional.
- D) o IBS só passará a ser cobrado em 2033, ano em que o ICMS será definitivamente extinto.
- E) o IBS só passará a ser cobrado em 2027, à alíquota estadual de 0,05% e à alíquota municipal de 0,05%.





# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

02 - FCC - 2024 - Procurador (Pref J Guararapes) A Emenda Constitucional nº 132/23 trouxe a maior reforma do Sistema Tributário Nacional desde a promulgação da Constituição Federal. Seu objetivo principal foi a simplificação da cobrança de tributos sobre o consumo, com vistas a incentivar ao crescimento econômico. No que concerne à competência tributária dos Municípios, a principal alteração é a extinção do ISS e a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Nos termos da Constituição (e do ato das Disposições Constitucionais Transitórias), com a redação dada pela EC nº 132/2023

- A) o IBS começará a ser cobrado em 2033, ano em que o ISS será extinto.
- B) cada Município poderá fixar, por meio de lei, suas próprias alíquotas para o IBS e a alíquota final do imposto será a soma da alíquota municipal e da alíquota estadual.
- C) o IBS terá alíquotas uniformes em todo o território nacional, com vistas à simplificação do sistema tributário.
- D) o IBS começará a ser cobrado me 2027, ano em que o ISS será extinto.
- E) o Senado Federal fixará, por meio de resolução, a alíquota máxima de referência do IBS, a qual terá de ser observada por Estados e Municípios.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

03 - FCC - 2024 - Auditor Fiscal Tributário (Pref J Guararapes)

**De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Imposto de Competência Compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios (IBS) será informado pelo princípio**

- A) da proporcionalidade de alíquotas, e será cobrado pela média ponderada das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação.
- B) da monogestão federativa e, tal como o atual ICMS, integrará sua própria base de cálculo.
- C) da neutralidade, cabendo a cada ente federativo fixar sua própria alíquota, por meio de lei específica.
- D) da universalidade de incidência e diferentemente do atual ICMS, incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
- E) da não individualização do consumo. incidindo sobre a importação de bens materiais ou imateriais, excetuadas as importações de bens de pequeno valor, assim definidos em lei complementar, e realizadas por pessoa física contribuinte não habitual do imposto.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

04 (FCC - 2024 - Procurador do Estado de Goiás) A Emenda Constitucional nº 132/2023 veiculou a primeira ampla reforma do Sistema Tributário Nacional realizada desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, e seu eixo central é a simplificação da cobrança de impostos sobre o consumo, com vistas a incentivar o crescimento econômico. De acordo com dispositivo constitucional inserido por esta emenda, o Sistema Tributário Nacional deve observar os seguintes princípios:

- A) Simplicidade, segurança jurídica, redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.
- B) Simplicidade, transparência, justiça tributária, cooperação e defesa do meio ambiente.
- C) Simplicidade, transparência, segurança jurídica, busca do pleno emprego e defesa do meio ambiente.
- D) Simplicidade, transparência, legalidade, isonomia e anterioridade.
- E) Simplicidade, segurança jurídica, autossuficiência fiscal, isonomia e defesa do meio ambiente.

## Novos Princípios Tributários

Princípio da **Cooperação**

Princípio da **Simplicidade**

Princípio da Defesa do **Meio  
Ambiente**

Princípio da **T**ransparência

Princípio da **J**ustiça Tributária

**Mnemônico:** S.T.J. coopera com o Meio ambiente.

Memorize



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

05 FCC - 2024 - Procurador (Pref J Guararapes)

Constitui princípio que deve ser observado pelo Sistema Tributário Nacional, de acordo com dispositivo inserido pela EC nº 132/2023, a

- A) redução das desigualdades sociais e regionais.
- B) neutralidade.
- C) defesa do meio ambiente.
- D) justiça federativa.
- E) busca do pleno emprego.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**06 (FCC - 2024 - Procurador do Estado de Goiás)** No sistema constitucional brasileiro, o Poder Legislativo Federal é bicameral. Enquanto a Câmara dos Deputados é composta por representantes do povo, o Senado Federal é composto de representantes dos Estados e do Distrito Federal, segundo expressamente dispõe o art. 46 da CF. Justamente por isso, a Constituição atribui ao Senado importantes competências relacionadas aos impostos estaduais. Nos termos da Constituição, compete ao Senado fixar

- A) por meio de resolução, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, as alíquotas de ICMS aplicáveis às operações e prestações interestaduais.
- B) as alíquotas de ICMS aplicáveis a operações que destinem mercadorias para o exterior.
- C) as alíquotas máxima e mínima para o IPVA.
- D) a alíquota de referência do IBS, que será aplicada obrigatoriamente em todos os Estados e Municípios, vedado ser fixada outra alíquota por lei estadual ou municipal.
- E) as alíquotas máximas do ITCD.





# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

07 FCC - 2024 - Procurador do Estado de Goiás

Nos termos da Constituição Federal, após a EC nº 132, de 2023, e considerando a interpretação preconizada na jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal, o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)

- A) terá suas alíquotas mínimas fixadas por resolução do Congresso Nacional.
- B) não pode ser cobrado por Estado diverso daquele em que o veículo automotor tenha sido licenciado.
- C) não se submete, quanto a nenhum de seus elementos, à anterioridade nonagesimal, mas apenas à anterioridade anual.
- D) incide também, como regra, sobre aeronaves, mas não incide sobre tratores e máquinas agrícolas.
- E) não incide sobre veículos de propriedade dos Municípios, mas incide sobre veículos adquiridos por estes entes mediante alienação fiduciária.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

09 FCC - 2024 - Agente Técnico (MPE AM)/Economista A reforma fiscal recentemente aprovada pelo Congresso Nacional altera substancialmente o Sistema Tributário Nacional.

Considere as seguintes atividades:

- I. Editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto.
- II. Arrecadar o imposto, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios.
- III. Decidir o contencioso administrativo.

Na Reforma aprovada, o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços constituirá o fórum exclusivo para que Estados, Distrito Federal e Municípios exerçam, de forma integrada, competências administrativas relativas ao imposto sobre bens e serviços, a propósito do que se encontra em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

## Competências administrativas do CG-IBS

Editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do IBS.

Arrecadar o imposto, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

Decidir o contencioso administrativo.

reter montante equivalente ao saldo acumulado de créditos do imposto não compensados pelos contribuintes e não ressarcidos ao final de cada período de apuração e aos valores decorrentes do CashBack

distribuir o produto da arrecadação do imposto, deduzida a **retenção**, ao ente federativo de destino das operações que não tenham gerado creditamento

**retenção**



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**10** - O Brasil possui um dos sistemas tributários mais complexos do mundo e há tempos se discute as diretrizes de uma reforma tributária no país. Em relação ao atual projeto de reforma, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa .

( ) A reforma busca simplificar o sistema tributário, com a extinção de diversos tributos, sem reduzir a autonomia dos Estados e Municípios.

( ) A reforma tem como foco a tributação do consumo e da renda, dois vetores que precisam ser alterados em conjunto.

( ) A reforma prevê a criação de um imposto seletivo federal, que incidirá sobre bens e serviços geradores de externalidades negativas.

As afirmativas são, respectivamente,

A) V - F - V.      B) V - F - F.      C) F - V - V.      D) V - V - F.      E) F - V - F.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**11** - FGV - 2025 - Auditor de Controle Externo (TCE-PI) O Art. 92-B, §2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, acrescido pela Emenda Constitucional no 132/2023, tem a seguinte redação:

Lei complementar instituirá Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas, que será constituído com recursos da União e por ela gerido, com a efetiva participação do Estado do Amazonas na definição das políticas, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e a diversificação das atividades econômicas no Estado.

A interpretação desse comando normativo permite concluir que se está perante norma de

- A) eficácia contida.
- B) aplicabilidade imediata.
- C) aplicabilidade direta, mas não integral.
- D) eficácia limitada e de princípio institutivo.
- E) eficácia limitada e de princípio programático.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**12** - Com. Exam. (TRF 3) - 2025 - Juiz Federal (TRF 3ª Região) Sobre a Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui a reforma tributária do consumo no Brasil, assinale a alternativa correta:

- A) Ao final do período de transição, serão extintos os seguintes tributos: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), Imposto Sobre Bens e Serviços (ISSQN), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI).
- B) O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) são tributos idênticos, variando apenas as alíquotas, que serão fixadas por cada pessoa política competente.
- C) A harmonização das interpretações administrativas atinentes à legislação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) será uniformizada pelo Comitê Gestor.
- D) Foram expressamente instituídos os princípios constitucionais tributários da simplicidade, a transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.
- E) A concessão de incentivos e benefícios fiscais regionais deve sempre considerar os critérios de sustentabilidade ambiental e redução de emissões de carbono.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**13** - CEBRASPE (CESPE) - 2025 - Analista Administrativo (ANM)/Contabilidade

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 acerca de competência tributária, limitações ao poder de tributar e tributos dos diferentes entes federativos, julgue o item a seguir.

A Emenda Constitucional n.º 132/2023 estendeu às entidades religiosas e às suas organizações assistenciais e beneficentes a imunidade a impostos e contribuições sociais.

Certo

Errado



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**14 - CEBRASPE (CESPE) - 2025 - Analista Administrativo (ANM)/Contabilidade**

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 acerca de competência tributária, limitações ao poder de tributar e tributos dos diferentes entes federativos, julgue o item a seguir.

A Emenda Constitucional n.º 132/2023 estabeleceu expressamente o dever de observância ao princípio da justiça tributária, prescrevendo que as alterações na legislação tributária buscarão amenizar os efeitos progressivos.

Certo

Errado





# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**15 - FGV - 2025 - Auditor Substituto de Conselheiro (TCE RR)** De acordo com os princípios e regras expressamente previstas na Constituição Federal de 1988 (EC 132/2023), é correto afirmar que

- A) o IPVA incidirá também sobre a propriedade de veículos automotores aéreos, inclusive aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros.
- B) o IPVA poderá ter alíquotas diferenciadas, com base nos seguintes critérios expressamente previstos na Constituição: tipo, procedência e impacto ambiental.
- C) os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública, sendo vedada a destinação dos recursos para gastos com sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.
- D) o ITCMD poderá ser progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação.
- E) o ITCMD relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde era domiciliado o de cujus, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**16 - FUNDATEC - 2025 - Auditor Fiscal da Receita Municipal (Pref Porto Alegre)** De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, Lei Complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, e esse imposto será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá, entre outros, ao seguinte:

- I. Cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica.
- II. Incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
- III. Sempre terá seu valor informado, de forma específica, no respectivo documento fiscal.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.      B) Apenas II.      C) Apenas I e II.      D) Apenas I e III.      E) I, II e III.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**17 -** (FGV - JE TJSC/TJ SC/2025) Em julho de 2024, de modo a implementar modificações operadas pela Reforma Tributária da Emenda Constitucional nº 132/2023, foi aprovada na Assembleia Legislativa do Estado Alfa uma lei versando acerca do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), criando novas hipóteses de incidência desse tributo sobre:

1. aeronaves agrícolas;
2. balsas de titularidade de pessoas jurídicas concessionárias de serviço de transporte de veículos automotores;
3. Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência de Petróleo e Gás Natural;
4. embarcação de titularidade de pessoa física de até 15 pés para uso em lazer; e
5. tratores usados na produção agrícola.

No momento da sanção da lei, o governador foi obrigado a vetar quatro das cinco hipóteses de incidência acima listadas, em razão de sua inconstitucionalidade.

Dentre as apresentadas acima, considerando a Constituição Federal de 1988 com as alterações dadas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, a ÚNICA hipótese que não foi vetada foi a de número:

- a) 1;    b) 2;    c) 3;    d) 4;    e) 5.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**18** - Assinale, entre as ideias abaixo relacionadas, aquela que indica uma proposta reitora da nova Reforma Tributária levada a cabo pela Emenda Constitucional nº 132/2023 (EC 132/2023):

- (A) Busca de atenuação dos efeitos regressivos dos tributos incidentes sobre o consumo.
- (B) Aplicação imediata dos novos tributos que serão criados a partir da EC 132/2023.
- (C) Predominância da cobrança “por dentro” dos novos tributos, que incidirão sobre sua própria base de cálculo.
- (D) Concentração da carga tributária na origem dos bens e serviços.
- (E) A implantação de um sistema de IVA unitário.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**19** - Um dos objetivos da Reforma Tributária da Emenda Constitucional 132/2023 (EC 132/2023) foi criar mecanismos tributários de auxílio à preservação do meio ambiente. Acerca de tais instrumentos presentes na EC nº 132/2023, avalie as afirmativas a seguir:

- I. O impacto ambiental passa a ser um dos possíveis critérios para a fixação de alíquotas diferenciadas de IPVA.
- II. A concessão de incentivo regional de diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoa jurídica considerará, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono.
- III. Do produto da arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) distribuída aos Estados, certo percentual será creditado aos Municípios com base em indicadores de preservação ambiental de acordo com o que dispuser lei federal.
- IV. Na aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, os Estados e o Distrito Federal priorizarão projetos que prevejam ações de sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**20** - O novo cargo criado pela Reforma Tributária de Presidente do Comitê Gestor do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) apresentará um relevante papel na arrecadação tributária em nosso país. Em razão disso, a Emenda Constitucional nº 132/2023 (EC 132/2023) inseriu no próprio texto constitucional um regime especial para esse cargo. Assinale a opção que corretamente indica uma característica do regime desse cargo presente no atual texto da Constituição Federal de 1988:

- (A) Apenas o Senado Federal poderá convocar o Presidente do Comitê Gestor do IBS para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado.
- (B) Tanto o Senado Federal como a Câmara de Deputados, excluídas as Comissões de ambas as Casas, poderão convocar o Presidente do Comitê Gestor do IBS para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado.
- (C) Comissões da Câmara dos Deputados poderão convocar o Presidente do Comitê Gestor do IBS para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado.
- (D) Apenas a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedidos escritos de informações ao Presidente do Comitê Gestor do IBS.
- (E) Apenas a Mesa do Congresso Nacional poderá encaminhar pedidos escritos de informações ao Presidente do Comitê Gestor do IBS.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**21** - (Inédita - LTE nas 7 fontes 2024) Sobre a centralização da arrecadação do IBS no Comitê Gestor e o impacto do princípio do destino, assinale a alternativa correta:

- A) A centralização da arrecadação no Comitê Gestor do IBS impede que os estados e municípios fixem suas alíquotas próprias, mesmo após a fase de transição.
- B) Durante o período de transição, 5% da arrecadação não retida pelo Comitê Gestor será destinada ao seguro-receita, um mecanismo de compensação para entes que enfrentarem perdas significativas.
- C) A adoção do princípio do destino elimina totalmente a necessidade de ajustes entre estados e municípios durante a transição, reduzindo os incentivos ao seguro-receita.
- D) A centralização da arrecadação no Comitê Gestor impede que os estados e municípios utilizem parte das receitas do IBS para fundos vinculados à saúde e educação.
- E) O percentual retido pelo Comitê Gestor para redistribuição será reduzido de 80% para 50% entre 2034 e 2077, com base na redução anual de 2% definida no ADCT.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

Transição do P. Origem/misto para P. Destino Puro

## Princípio de Destino Puro

Arrecadação integralmente destinada ao ente de destino

### Objetivo

Eliminar a Guerra Fiscal

Reduzir Desigualdades Regionais

### Período de transição do IBS

2029 – 2032

→ 19% da Arrecadação

2033

→ 9,5% da Arrecadação

2034 – 2077

→ Percentual de 2033 (9,5%) + 1,9% / ano

2078

→ 95% da Arrecadação

→ Princípio do Destino Puro

2078 - 2097

→ Irá aumentar na proporção da redução do seguro receita até chegar a 100%

| Ano         | Percentual Retido do IBS                                      |
|-------------|---|
| 2029 – 2032 | 80%   |
| 2033        | 90%   |
| 2034 – 2077 | Percentual de 2033, reduzido anualmente em 1/45 (2%) até 2078 |